

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NA PRÁTICA: RELATO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DEMOCRACIA, CIDADANIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

<https://doi.org/10.5902/2318133887675>

Cleber Ori Cuti Martins¹

Resumo

Neste texto, apresenta-se um relato do projeto *Democracia, cidadania e representação política*, realizado em 2017 e 2018 em cinco estabelecimentos públicos de ensino em Santa Maria/RS. O projeto teve a participação de 401 estudantes secundaristas e 51 discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo foi propiciar a aproximação de estudantes do Ensino Médio com as definições e funções das instituições políticas, do poder político exercido nas instâncias de representação, através de práticas de discussão e compreensão teórica e o exercício de debater, expressar entendimentos, escolher representantes e deliberar. A aproximação entre o conteúdo, percepções e contextos dos discentes gerou um envolvimento com o funcionamento da política.

Palavras-chave: democracia; representação política; ensino médio; extensão.

REPRESENTATIVE DEMOCRACY IN PRACTICE: REPORT ON THE DEVELOPMENT OF THE DEMOCRACY, CITIZENSHIP AND POLITICAL REPRESENTATION PROJECT WITH HIGH SCHOOL STUDENTS

Abstract

This paper presents a report of the project *Democracy, citizenship and political representation*, carried out in 2017 and 2018 in five public schools in Santa Maria/RS. The project had the participation of 401 high school students and 51 students of the Degree Course in Social Sciences of the Federal University of Santa Maria. The objective was to provide the approximation of high school students with the definitions and functions of political institutions, of the political power exercised in the instances of representation, through practices of discussion and theoretical understanding and the exercise of debating, expressing understandings, choosing representatives and deliberating, approximating theory, perceptions and contexts, generated an involvement with political institutions.

Key-words: democracy; political representation; high school; extension.

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cleber.martins@ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3539-0507>.

Crerios de autoria: o autor realizou a concepção, criação e consolidação do artigo.

Recebido em 10 de maio de 2024. Aceito em 21 de junho de 2024.



Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.	Santa Maria	v. 13	n. 22	e87675	2024
-------------------------------	-------------	-------	-------	--------	------

Introdução

Este estudo aborda o desenvolvimento do projeto *Democracia, cidadania e representação política*² com estudantes do Ensino Médio em Santa Maria/RS. As atividades ocorreram buscando uma aproximação entre as diretrizes curriculares acerca da disciplina de Sociologia, tratando, de forma específica, da parte relativa à Ciência Política, e uma prática, com caráter de oficina, envolvendo discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, e professores das escolas e estudantes do Ensino Médio. Como objetivo geral buscava-se, a partir de definições teóricas sobre democracia, participação e representação política, realizar uma vivência simulando um processo decisório estruturado nas bases institucionais da democracia representativa: debate, voto para escolher representantes, relação entre sociedade e instituições políticas, entre outros. A partir daí, também buscava-se gerar entendimentos a respeito do processo político democrático, da relação entre representantes e representados, da diversidade dos entendimentos sobre temáticas variadas integrantes da pauta do debate público no país e das características da tomada de decisões e deliberações seguindo as regras de funcionamento da democracia.

As oficinas foram realizadas ao longo de dois anos, 2017 e 2018, em cinco instituições de ensino de Santa Maria – Escola Básica Estadual Cícero Barreto, Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, Colégio Estadual Coronel Pilar, Pré-Universitário Popular Alternativa e Colégio Técnico Industrial de Santa Maria –, sendo quatro escolas e um curso pré-universitário, totalizando sete grupos de discentes, seis no Ensino Médio. O projeto teve a participação de 401 estudantes secundaristas e 51 discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais.

A abordagem do tema Democracia com estudantes do Ensino Médio, no formato de oficina, gera possibilidades para o desenvolvimento das competências e habilidades ao articular definições teórico-conceituais com as atividades didático-pedagógicas. Ao mesmo tempo, busca-se uma aproximação entre a compreensão dos entendimentos teóricos e a execução de processos decisórios, contribuindo com a confrontação da percepção normativa, em parte baseada no senso comum, com aspectos relevantes do processo político concreto, envolvendo diferentes e divergentes posicionamentos, interesses, engajamento, mobilização e definição estratégica de ação política visando uma finalidade específica.

Portanto, o projeto *Democracia, cidadania e representação política* se configurou como uma estratégia metodológica com a perspectiva de propiciar a aproximação dos discentes do Ensino Médio com as definições e funções das instituições políticas, do poder político exercido nas instâncias de representação, através de práticas de discussão e compreensão teórica e o exercício de debater, expressar entendimentos, escolher representantes e deliberar. Ao mesmo tempo, as atividades também contribuíram com o processo de aproximação dos discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais, presentes em todas as etapas do planejamento e desenvolvimento do projeto, com a vivência profissional no âmbito do Ensino Médio.

² O projeto foi desenvolvido com recursos do Programa de Licenciaturas da Universidade Federal de Santa Maria.

Ciências Sociais e Ciência Política: orientações curriculares e a estruturação do projeto

As três áreas das Ciências Sociais – Antropologia, Sociologia e Ciência Política –, encontram-se agregadas, no Ensino Médio, na disciplina de Sociologia. Apesar de a denominação abranger apenas uma das áreas, nas propostas curriculares consta o desenvolvimento do conteúdo das três.

As orientações curriculares para o Ensino Médio – Sociologia (Brasil, 2006), definem que a temática da Democracia deve ser abordada alicerçada na busca em oportunizar o desenvolvimento das competências e habilidades dos educandos. O desenvolvimento de iniciativas que discutam estes assuntos enseja o fortalecimento da presença das temáticas trabalhadas pela disciplina de Sociologia. Com isso, a implantação de atividades que combinem a teoria e as características do funcionamento da política brasileira insere-se nesta perspectiva.

É possível inferir, a partir daí, que a contextualização dos conteúdos, incluindo a própria teoria e o ambiente dos estudantes, permite a elaboração da noção de sentido entre os discentes (Silva, 2004). Ou seja, ao invés da mera reprodução do conhecimento, busca-se uma formulação diferente das definições teórico-conceituais, por sua aproximação com o cotidiano dos estudantes e, ao mesmo tempo, diferenciando opinião e senso comum do conhecimento de base científica no campo da Ciência Política.

As organizações curriculares para o Ensino Médio de 2006, por sua vez, possibilitam o entendimento de que a integração, de forma planejada e articulada, de temas cotidianos e teoria se constituem como uma alternativa para contextualizar o conhecimento científico no espaço escolar.

No mesmo sentido, essa articulação produz possibilidades de desnaturalização da política em si e do processo decisório nas democracias representativas. Perspectiva que opera com a ideia de que a experiência no dia a dia combinada com entendimentos teórico-conceituais permite reinterpretar o cotidiano, buscando desenvolver compreensões visando identificar o senso comum e percepções de base meramente subjetiva e/ou não condizentes com a realidade social.

O projeto *Democracia, cidadania e representação política*, foi planejado para ser desenvolvido em três etapas. Inicialmente, a organização envolveu a realização de reuniões com discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais, integrantes da equipe executiva. Nessas reuniões prévias, foram definidas as abordagens teóricas a serem utilizadas e os procedimentos metodológicos para sua implementação.

A partir daí, cada oficina foi estruturada nos três momentos. O primeiro, teve como foco principal a apresentação e sistematização, pela equipe do projeto, de definições teórico-conceituais sobre democracia e representação política, enfatizando o processo político brasileiro, as características das instituições políticas e as questões que envolvem a participação. Na sequência, houve o estabelecimento de um debate com os discentes do Ensino Médio sobre o tema que seria deliberado, contextualizando com características do processo político brasileiro. A seguir, ocorreu a implantação da atividade deliberativa, incluindo a formulação de posicionamentos sobre o tema; formação de grupos; discussão dentro do grupo; debate aberto; votação para escolha de representantes; deliberação, pelos representantes escolhidos, e consulta de forma secreta acerca do posicionamento de cada um sobre o tema.

O terceiro momento incorporou a apresentação dos resultados da deliberação realizada pelos representantes e da votação individual, possibilitando discutir a relação entre representantes e representados e a decisão tomada, considerando os entendimentos individuais e do grupo de representantes. Em suma, a partir da experiência desenvolvida, foi possível conectar e problematizar as questões teóricas a respeito da democracia e representação política, confrontadas com a prática.

O formato da oficina foi adaptado ao tempo disponível e às características das turmas em cada estabelecimento de ensino. Com isso, houve o desenvolvimento de atividades em cinco escolas com turmas do Ensino Médio – Escola Básica Estadual Cícero Barreto, Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, Colégio Estadual Coronel Pilar, e Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, esta última também com Ensino Técnico –, e em um curso pré-universitário – Pré-Universitário Popular Alternativa) Em duas das escolas foram realizadas, em momentos diferentes, duas oficinas, uma voltada para estudantes dos terceiros anos e a outra para turmas do segundos e primeiros anos.

Aspectos da teoria democrática: definições teórico-conceituais

O termo Democracia possui uma variedade ampla de definições e significados (Sartori, 1991; Dahl, 1997). Para operacionalizar a oficina de forma condizente com os seus objetivos, optou-se por focar em abordagens que tratam da democracia representativa, incorporando a ideia de leis, direitos e participação.

A Democracia Representativa se formatou, em grande parte, no século 19 (Mill, 1980; Tocqueville, 2000) e passou por momentos de expansão e retração ao longo do tempo. Uma definição restrita e, portanto, mais abrangente, considera que um regime político para ser considerado democrático precisa ter um conjunto de características que envolvem direitos políticos amplos, eleições livres e idôneas, disputa e competição política com regras estabelecidas previamente, com garantias constitucionais de liberdade, direitos e participação (Sartori, 1994; Dahl, 2012, Lijphart, 2003). Nessa argumentação, a centralidade do processo democrático está nas eleições (Przeworski, 1994; O'donnell, 1999) e na competição política pela eleição de representantes que tomarão as decisões em nome de quem detém o poder soberano, o povo.

A centralidade na competição e eleitoral e na representação política, todavia, também pode gerar uma série de questões, de forma mais incisiva em sociedades com elevados e variados graus e tipos de desigualdade e assimetrias de recursos políticos, situação que tende a afetar a tomada das decisões políticas, configurando um contexto no qual segmentos da população passam a ter graus diferentes de influência nas decisões, ainda que, formalmente, haja garantias de igualdade e direitos políticos amplos. No mesmo sentido, a tomada de decisões políticas nos espaços da política institucional – Poder Executivo e Poder Legislativo, principalmente –, também é confrontada pela existência de preferências e interesses variados e contrastantes no âmbito social, pluralidade e relação maioria e minorias (Dahl, 2012; Przeworski, 1994.)

Considerando esses pressupostos, é possível constituir, ainda que de forma sistematizada, um modelo teórico sobre o processo político e as decisões políticas. Esse modelo inclui garantias legais a respeito dos direitos políticos – votar e ser votado, liberdade

de manifestação e expressão, liberdade de organização política e responsabilização dos eleitos –, e mecanismos regrados de acesso ao poder político, seja se candidatando, seja participando da política de outras formas (Dahl, 1997).

A partir daí, as definições teórico-conceituais trabalhadas envolvem a própria democracia representativa, as eleições, a representação política e a participação. Por decorrência, há a ênfase no papel dos representantes eleitos, por conta do modelo da democracia representativa, e da ação dos indivíduos na defesa dos seus interesses, preferências e entendimentos a respeito das decisões políticas; além da própria definição de política e da relevância do envolvimento e da mobilização.

Relato das atividades desenvolvidas

A primeira atividade ocorreu numa escola básica estadual e envolveu oito discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais e sessenta estudantes do segundo e terceiro ano do Ensino Médio. As atividades foram realizadas em três turnos, três datas. A primeira etapa, tratou da apresentação teórica envolvendo os conceitos de democracia, representação e participação e da proposição de discussões sobre autoritarismo, democracia e voto no Brasil. Na sequência, houve a escolha, pelos discentes da escola, dos temas que entrariam em discussão no segundo encontro. Após debate e votação, foram definidos os assuntos descriminalização do aborto e serviço militar obrigatório.

No segundo encontro, os estudantes da escola foram divididos duas salas, divisão definida pelo interesse específico em cada um dos temas, formando dois grupos, em salas diferentes, um para abordar o tema descriminalização do aborto e outro para tratar do serviço militar obrigatório. Em cada uma das turmas, foi realizado um debate sobre o tema nela estabelecido, o qual foi explicado pela equipe executora. Após, foram apresentados os argumentos e pontos de vistas favoráveis e desfavoráveis.

Na discussão sobre o aborto, observou-se uma defesa maior da descriminalização, a partir da apresentação de argumentos relacionados à liberdade da mulher sobre o seu corpo e à saúde das mulheres mais pobres, que em um caso de necessidade pela realização do aborto, se obrigam a procurar formas clandestinas e inseguras para abortarem, colocando suas vidas em risco. Em contraponto a isso, foi colocada a argumentação, por uma pessoa da sala, de que o aborto significava a interrupção de uma vida e que, por isso, deveria ser proibido, sustentado por uma narrativa de base religiosa, situação que acabou gerando uma discussão sobre qual seria o momento em que se começa a vida humana e também sobre a laicidade do Estado.

Sobre o serviço militar, prevaleceu a posição sobre a importância da obrigatoriedade do alistamento, considerando argumentos a respeito da igualdade entre homens e mulheres, com a defesa da obrigatoriedade do serviço militar sem discriminação de gênero e sexo. Um grupo minoritário argumentou contra a obrigatoriedade em si, ou seja, defendendo o direito de escolha.

Após a exposição de argumentos, em ambas as salas, cada discente pode se posicionar, de forma secreta, em relação à proposta do debate onde estava incluso. Esse levantamento aconteceu somente como uma forma de compreensão sobre os posicionamentos dos alunos de cada uma das turmas. Em relação ao tema descriminalização do aborto, ainda que por uma margem equilibrada, a maioria (11) foi

favorável, enquanto nove se posicionaram contra, mesmo que, no debate aberto, a maioria que se manifestou tenha defendido a descriminalização. Já em relação ao serviço militar obrigatório, a maioria se posicionou a favor.

Cada turma também votou para escolher seus representantes, os quais deliberariam em seu nome com relação aos temas, demonstrando a forma como funciona a democracia representativa, em que as decisões são tomadas e definidas pelos representantes escolhidos, podendo seguir o posicionamento dos representados ou se baseando nas próprias convicções. A explanação dos resultados da deliberação pelos representantes escolhidos ocorreu no terceiro encontro, junto com a análise e discussão a respeito da representação política, do papel do representante e do funcionamento da participação.

A escolha dos representantes que votariam em relação ao serviço militar obrigatório para homens e mulheres, houve a divisão da turma em quatro grupos, nos quais houve uma discussão maior sobre o assunto e, em seguida, a escolha de um representante para cada grupo. Esses representantes, apesar de nem todos seguirem esse posicionamento individualmente, votaram a favor da proposta, seguindo, por escolha própria, a posição do grupo ao qual estavam representando.

O mesmo não aconteceu na turma que tratou da descriminalização do aborto. Nessa, os representantes optaram por não seguirem o posicionamento de seu respectivo grupo, deliberando a partir de suas próprias convicções. Apenas um representante votou de forma contrária à descriminalização do aborto, os demais se posicionaram de forma favorável. Considerando a disparidade entre a posição dos representados, com números equilibrados, e que três dos quatro representantes deliberaram em discordância com sua base.

A segunda edição foi realizada com estudantes de um curso pré-universitário, que prepara estudantes para seleções em universidades. Desta vez, as atividades ocorrem em um turno apenas, envolvendo cinco discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais e 25 discentes do pré-universitário. A primeira parte, tratou das questões teóricas e, na sequência, houve a escolha do tema a ser deliberado, que recaiu sobre a obrigatoriedade do voto no Brasil. Depois, a discussão incorporou a importância do voto e do envolvimento com a política, além do próprio desinteresse de parte da população.

As argumentações da turma estiveram centradas sobre as condições e contexto do voto. Quem era favorável ao voto facultativo, relacionou o desinteresse à obrigatoriedade, considerando que, por ser obrigatório, muitas pessoas que não querem votar acabam não se informando sobre quem estão votando e, dessa forma, os votos se dão de forma pouco planejada. Ou seja, votando somente quem tem interesse e informação, seria mais possível refletir a real vontade eleitoral.

Em contrapartida, também houve a defesa que o desinteresse é mais um motivo para continuar com o voto obrigatório, considerando que, com o tempo, seriam desenvolvidos processos de conscientização a respeito da importância das eleições e do voto. No mesmo sentido, o fim da obrigatoriedade geraria uma elitização do voto e da própria participação política. A discussão englobou, ainda, argumentações de que o voto de ser um direito e não uma obrigação.

Considerando as características da turma, a deliberação, desta vez, foi feita por todos os participantes, sem a escolha de representantes. Com isso, os discentes, se dividiram nos posicionamento contrários e favoráveis ao voto obrigatório. Com uma diferença de dois votos, a maioria optou pela obrigatoriedade.

A terceira edição foi aplicada em dois dias e contou com a participação, na equipe executora, de dez estudantes do curso de licenciatura em Ciências Sociais e a presença de oitenta estudantes do colégio, todos do primeiro ano do Ensino Médio. No primeiro dia, houve a exposição das questões teórico-conceituais e das primeiras discussões sobre o processo político. O assunto escolhido foi a diminuição da maioridade penal, o qual foi debatido e deliberado no encontro seguinte.

No segundo dia, foram abordadas questões sobre o Código Penal do Brasil, em que jovens menores de 18 anos não ficam sujeitos, em caso de infração, ao encarceramento como forma de punição assim como não respondem criminalmente pelos seus atos infracionais, sendo também tratada as tentativas de reduzir a maioridade penal.

A discussão aconteceu em duas situações. Inicialmente, envolveu a participação de todos e, depois, foram formados cinco grupos, o que propiciou um maior envolvimento no debate. Cada grupo escolheu um representante incumbido pela deliberação. O debate realizado gerou um posicionamento predominante contrário à diminuição da idade penal, abordando questões como as condições das prisões brasileiras, a lógica mais punitiva do que educativa da proposta e que jovens de periferias estariam mais expostos. Em apenas um dos cinco grupos houve a defesa da redução da maioridade penal.

Dos participantes, 47 se posicionaram de forma contrária e 14, favoráveis. Os demais se abstiveram. Entre os representantes escolhidos, quatro foram contra e um favorável. Os resultados revelaram uma aproximação entre representantes e representados, situação que possibilitou a consideração de que tal situação tende a não ser muito usual, havendo a chance significativa de que representantes deliberem de forma contrária às posições dos representados.

A quarta oficina foi realizada na mesma escola, desta vez com turmas do segundo ano, em dois dias. As atividades de discussão e deliberação ocorreram com todos os estudantes no mesmo espaço. No total, participaram setenta estudantes do Ensino Médio e dez discentes das Ciências Sociais. O tema escolhido foi o mesmo das turmas do primeiro ano, a diminuição da maioridade penal.

Além das questões teórico-conceituais e a contextualização do tema, o debate, que envolveu todos os participantes, produziu um entendimento predominante contrário à redução. Alguns posicionamentos favoráveis, contudo, restringiam a diminuição aos crimes hediondos. As argumentações, em grande parte, concentraram-se, na situação do sistema carcerário brasileiro, que não cumpre a sua função de ressocialização e de educação. Além disso, houve observações críticas ao sistema socioeducativo, destinado a quem tem entre 12 e 18 anos.

Após a discussão e construção de argumentos, houve a realização o procedimento de escolha de representantes. A turma optou por uma votação conjunta e definiu três representantes, os quais deliberam contra a diminuição da maioridade penal. Da mesma forma, as turmas, no posicionamento de cada um, votou, majoritariamente, contra a redução. Um número minoritário vou a favor e alguns se abstiveram.

A quinta edição reuniu 86 secundaristas integrantes de turmas do segundo ano do Ensino Médio e foi realizada em três turnos, distribuídos em três datas. Além das abordagens relativas aos elementos teórico-conceituais, a equipe executora, formada por oito discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, houve a formação de oito grupos, cada um com o objetivo de discutir temáticas pertinentes ao projeto, como

democracia, participação, política e direitos. A finalidade foi buscar a percepção de cada participante sobre as questões, suscitando participação e debate, para, na sequência, inserir parâmetros teóricos e definições conceituais. Após, cada grupo relatou o teor do debate. Entre as questões colocadas, a relação dos jovens com a política, mulheres na política e o papel da mídia na manipulação da política tiveram centralidade.

O segundo encontro, destinado ao processo de deliberação, começou com a definição do tema a ser abordado. A maioria da turma optou por estabelecer reserva de 50% de vagas para mulheres entre as cadeiras em disputa nas câmaras municipais, assembleias legislativas e Câmara dos Deputados, ou seja, indo além da reserva de vagas nas listas de candidaturas. A partir daí, desenvolveu-se o espaço para debater e estabelecer pontos de argumentação sobre o assunto. As argumentações oscilaram da defesa da reserva de vagas para mulheres, considerando a sua baixa presença entre quem se elege e temáticas que fariam mais sentido, pela sua vivência, serem abordadas por mulheres e a crítica à reserva de vagas, levando em conta que o mais relevante é a competência e não o gênero e que qualquer pessoa pode representar as demandas dos demais. Além disso, foi questionado o recorte de gênero de forma exclusiva, o qual deveria também ser ampliado para raça e etnia, por exemplo.

Na sequência, foram eleitos 15 representantes, os quais se reuniram, em outro espaço, para deliberação. Não havendo consenso, 14 representantes foram favoráveis à reserva de vagas para mulheres, com apenas um voto contrário. Paralelamente, foi realizada a votação individual, cujos resultados seriam colocados no terceiro encontro.

Durante a última etapa, além dos resultados – 53 votos favoráveis e 24 contrários às vagas para mulheres entre quem se elege, além de abstenções –, cada representante comentou o que motivou o seu posicionamento, se uma convicção própria e individual ou um espécie de captação dos entendimentos dos representados, situação que possibilitou retomar as questões teóricas acerca do processo decisório em democracias, relação representantes e representados e a complexidade de decidir diante de posições contrapostas e diversas.

Outro ponto relevante, a partir da manifestação dos estudantes, foi a discrepância entre a votação dos representantes, quando apenas um votou contra a reserva de vagas, e o posicionamento de cerca de 45% dos discentes, segundo a votação individual, contrário. Com isso, houve uma reflexão sobre estratégia e ação política vinculada à capacidade de organização e mobilização: a posição de um número significativo de participantes não foi levada, de forma proporcional, para a deliberação entre os representantes.

A sexta edição teve a presença de 54 secundaristas e quatro estudantes do curso de licenciatura em Ciências Sociais. Além das questões teóricas, aqui foi repetida a estratégia de formar grupos temáticos, cada um com a incumbência de se aproximar e debater conceitos como política, políticos, viver bem e direitos. Cinco grupos foram formados para tratar da temática específica, sob mediação do licenciando. O produto de cada discussão foi apresentado, na sequência, aos demais. A formação de grupos menores contribuiu para gerar aproximações e interações entre os estudantes e a proposta do debate. O envolvimento com as discussões também ampliou os temas tratados, surgindo considerações sobre a relação entre religião e política, separação público e privado e sobre o processo político em si, e acabou por fazer emergir o tema que a ser deliberado: cotas

étnico-raciais para ingresso no ensino superior, questão muito próxima do que os estudantes estavam passando naquele momento, fim do Ensino Médio e busca por ingresso em universidades.

No segundo encontro, além das informações sobre a dinâmica, houve a apresentação de dados e normativas legais a respeito da política de cotas para acesso ao ensino superior. Após uma retomada da discussão geral sobre o tema, foram escolhidos onze representantes para a deliberação. Um dos elementos que permearam a discussão se concentrou no critério a ser adotado para a política de cotas, além do étnico-racial, como renda e trajetória em escolas públicas. Contexto que levou alguns estudantes a criticarem a estrutura do ensino público, sobretudo a respeito de financiamento; outros argumentaram no sentido de que a política de cotas contribui para a discriminação racial e deveria ter como critério apenas renda. Também surgiram posicionamentos em defesa da política de cotas por critério étnico-racial sustentados no peso histórico dos séculos de racismo e discriminação no Brasil e seus efeitos na desigualdade social e econômica.

Na sequência, ocorreu a escolha de 11 representantes, os quais se dirigiram a outra sala para a realização da deliberação, acompanhados, para fins de mediação, por dois licenciandos. Na conversa entre os representantes, foi apontada a situação de que nenhum era negro, possibilitando abordar a reduzida presença de não-brancos nos lugares de decisão e na própria escola. Um dos representantes, mesmo sendo, pessoalmente, contrário às cotas étnico-raciais, votou favorável, argumentando que estava seguindo o que fora debatido antes.

Os resultados das votações individuais e do grupo de representantes foram divulgados e analisados no terceiro encontro. Considerando a tentativa de interpretar os posicionamentos dos participantes, manifestados no debate ocorrido no encontro anterior, e não decidir pelas suas convicções pessoais, o resultado foi de nove votos favoráveis às cotas e dois contrários. Entre os demais participantes, houve 25 votos a favor e 13 contra, além de abstenções. Mais uma vez, cada representante relatou como tomou sua decisão, especialmente em relação aos fatores que embasaram sua decisão, propiciando a aproximação das questões teórico-conceituais sobre democracia e representação política, com ênfase aos problemas das decisões políticas e da relação entre representantes e representados.

A sétima edição, realizada em uma escola de Ensino Médio, teve a participação de 33 estudantes, todos do terceiro ano, e seis discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais. As atividades ocorreram em três datas, ocupando duas horas de cada turno. Na primeira parte, além da apresentação do projeto em si e das abordagens teórico-conceituais, houve a repetição da estratégia de formar grupos, cada um, sob mediação de um licenciando, tratar de temas como política, políticos, direitos e viver bem. Na sequência, cada grupo apresentou o resultado de suas considerações. As manifestações contribuíram para ampliar o escopo temático, englobando, também, saúde, racismo, burocracia, manipulação política e o distanciamento entre os indivíduos e a política. Representantes de cada grupo, geralmente dois alunos, narraram o que foi falado, argumentado e elaborado dentro de seus grupos, para os demais. Na sequência houve a escolha dos representantes e do tema a ser debatido e deliberado, o qual, também surgido do debate com a turma toda, ficou definido como: a política de cotas para ingresso no ensino superior deve ter como critério renda ou raça/etnia?

O próximo passo, no segundo dia, foi ouvir os participantes sobre o tema e fornecer informações sobre a política de cotas no Brasil, além de dados acerca da estratificação social no país, a partir dos parâmetros renda e etnia. As discussões apresentaram argumentações relativas ao preconceito e discriminação racial existentes na sociedade brasileira. Também houve considerações acerca das dificuldades de mobilização e ação política e envolvimento com a política institucional, considerando a baixa presença de negros nas instituições políticas como um reflexo das características da sociedade brasileira. Outros posicionamentos argumentaram em defesa da prevalência da desigualdade econômica como fator de discriminação e que, portanto, a renda deveria ser o critério da política de cotas. Após, houve a escolha de cinco representantes, os quais se dirigiram para outro espaço a fim de deliberarem, que resultou em três votos favoráveis ao critério raça/etnia e dois ao critério renda.

O terceiro dia, além da divulgação e análise do resultado da votação do grupo de representantes, houve a divulgação dos resultados da votação individual, a qual teve 13 votos favoráveis ao critério renda e quatro ao étnico-racial. Houve, portanto, uma diferença bastante acentuada entre o posicionamento majoritário dos representantes e o dos representados.

Os representantes também relataram como decidiram, sendo que a maioria alegou ter embasado o seu voto no que entendia como sendo o mais certo e o seu próprio interesse, proporcionando conectar o desenvolvimento da atividade e as características das ações dos representantes escolhidos com os fatores explicativos, no campo da Ciência Política, sobre a democracia e o comportamento tanto dos representantes, quanto dos representados.

Considerações finais

O projeto Democracia, Cidadania e Representação Política, desenvolvido ao longo de dois anos, envolveu cinco estabelecimentos de ensino, 401 estudantes secundaristas de Santa Maria/RS e 51 discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Com características diferentes, dependendo do tempo e espaço disponibilizado, foram desenvolvidas três etapas: abordagem teórico-conceitual sobre democracia, representação política e participação; debate e atividade prática de deliberação, com escolha de representantes; análise confrontando o desenvolvimento da prática com os fatores teóricos.

Pelo projeto, buscou-se articular, no campo da Ciência Política, integrante da disciplina de Sociologia, fatores teórico-conceituais com uma atividade prática. Foi desenvolvido em cinco instituições de ensino de Santa Maria, sendo três escolas de ensino médio, uma de ensino técnico e médio e um curso pré-universitário, todos integrantes da rede pública, foram realizadas sete oficinas.

A aproximação entre o conteúdo teórico, estabelecido nas normativas curriculares, com as percepções e contextos do cotidiano dos discentes participantes do projeto gerou um envolvimento com as questões políticas, ou seja, possibilitou momentos de desnaturalização da política, em parte, desconstruindo, pela experiência de debater, votar e escolher representantes, vários aspectos vinculados ao senso comum a respeito do processo político. Ao mesmo tempo, a experiência possibilitou o desenvolvimento de compreensões sobre as definições teóricas de democracia, participação e representação política, exemplificadas e demonstradas na prática.

Por decorrência, as atividades possibilitaram, no espaço escolar, conectar abordagens teórico-conceituais, a estrutura e características do processo político brasileiro e o estabelecimento de debate e deliberação sobre assuntos próximos e reconhecíveis ao cotidiano dos participantes. A política que, muitas vezes, gera uma aversão, passa a ser compreendida como integrante do dia a dia, resultando em entendimentos, ou, ao menos, reflexões, sobre os efeitos da mobilização, da desmobilização e da ação política organizada. No mesmo sentido, as atividades, pelas características das oficinas, permitiram a prática de ouvir compreensões diferentes e divergentes e, a partir daí, estabelecer um processo de tomada de decisão, evidenciando as consequências da mobilização, da definição de uma ação estratégica e voltada para a defesa de interesses, preferências e demandas e da desmobilização e não organização.

O projeto, igualmente, contribuiu para gerar entendimentos sobre a relação entre representantes e representados, especialmente em relação aos motivos que levam os representantes políticos a decidirem, levando em conta que política não se configura como um jogo de soma zero, sempre alguns ganham e outros perdem. Por outro lado, as atividades também propiciaram uma aproximação entre estudantes do curso de licenciatura em Ciências Sociais com discentes do Ensino Médio e com as instituições de ensino.

Referências

- BRASIL. *Orientações curriculares para o ensino médio – Sociologia*. Brasília: MEC, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em 10 jan. 2024.
- DAHL, Robert Alan. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DAHL, Robert A. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: UNB, 1980.
- O'DONNELL, Guillermo. Teoria democrática e política comparada. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, 1999, p. 577–654.
- PRZEWORSKI, A. *Democracia e mercado: no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- SARTORI, Giovanni. Uma teoria da democracia como processo decisório. In: SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994, p. 286-336.
- SARTORI, Giovanni. Democracia. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 13, n. 1/2, 1991, p. 117-151. Disponível em <https://pensamientoeducativo.uc.cl/index.php/rcp/article/view/6850>. Acesso em 12 nov. 2023.
- SILVA, I. F. A sociologia no ensino médio: perfil dos professores, dos conteúdos e das metodologias no primeiro ano de reimplementação nas escolas de Londrina/PR e região - 1999. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org.). *Sociologia e ensino em debate: experiências e discussões de sociologia no ensino médio*. Ijuí: Unijuí, 2004.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.